



PLANO DE TRABALHO

PROGRAMA DE ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA ITAOCARA

Submetemos à apreciação da Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) o presente Plano de Trabalho que contém o escopo dos serviços a serem realizados pela Print Comunicação para a execução do **Programa de Estímulo à Participação da População**, como forma de atender ao processo de licenciamento ambiental e às diretrizes do Projeto Básico Ambiental.

SUMÁRIO

| | | |
|----|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 3 |
| 2 | JUSTIFICATIVA..... | 4 |
| 3 | PÚBLICO-ALVO | 4 |
| 4 | PERÍODO..... | 5 |
| 5 | METODOLOGIA | 5 |
| 6 | AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS | 6 |
| 7 | INTEGRAÇÃO DO PEPP COM OS DEMAIS PROGRAMAS AMBIENTAIS | 16 |
| 8 | SISTEMATIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES..... | 18 |
| 9 | EQUIPE RESPONSÁVEL..... | 20 |
| 10 | CRONOGRAMA DETALHADO DAS AÇÕES..... | 20 |

1 INTRODUÇÃO

A Usina Hidrelétrica de Itaocara é um empreendimento de geração de energia que será instalado no baixo médio trecho do rio Paraíba do Sul com abrangência nos municípios de Aperibé, Cantagalo, Itaocara e Santo Antônio de Pádua, no Estado do Rio de Janeiro, e Pirapetinga, em Minas Gerais.

O Consórcio formado pela Cemig (49%) e Light (51%), venceu em 30/04/2015 o leilão da concessão que prevê uma potência instalada de 150 MW, o equivalente ao abastecimento de energia para uma cidade com 400 mil habitantes.

Para que a UHE comece a gerar energia, faz-se necessário que o empreendimento realize os programas ambientais indicados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) que integra o processo de licenciamento coordenado e fiscalizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Nesse contexto, o Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Itaocara prevê a execução de 43 programas ambientais que têm como principal característica a compensação ambiental dos impactos identificados nos meios físicos, bióticos e sociais.

Entre as ações ambientais previstas no PBA, está o Programa de Estímulo à Participação da População (PEPP), que tem como principal objetivo criar condições para que os atores diretamente envolvidos no processo de construção e execução da UHE Itaocara participem ativamente das diversas etapas para a construção das medidas a serem implantadas para mitigar os possíveis impactos negativos e potencializar os positivos, decorrentes do empreendimento.

No presente Plano de Trabalho, portanto, constam as principais atividades propostas para garantir a participação de todos os públicos de interesse no processo de implantação da UHE Itaocara na região. Trata-se da segunda versão do Plano, revisada para adequar às orientações repassadas pelos técnicos do Núcleo de Licenciamento Ambiental do Ibama à UHE Itaocara em duas reuniões realizadas na sede do Instituto, nos dias 23 e 31 de março de 2016.

Registra-se, ainda, que após a realização do Diagnóstico Participativo Unificado proposto para ocorrer paralelo ao início das obras, que a sistematização das atividades propostas poderá sofrer adequações, posto que uma das premissas do PEPP é adequar-se, permanentemente, à realidade e necessidades das populações impactadas.

2 JUSTIFICATIVA

A defesa da importância e efetividade das gestões participativas não é algo novo no Brasil, porém, a efetivação desse modelo de gestão ainda é algo pouco vivido, sobretudo em empreendimentos privados no país.

Garantir a participação dos atores diretamente envolvidos no processo de decisão durante a implantação de grandes empreendimentos ainda é um grande desafio, pois implica, além da criação de espaços legítimos e da circulação transparente de informações, a qualificação das lideranças comunitárias para uma participação mais efetiva e crítica.

Nesse contexto que se justifica o PEPP, que propõe tanto a criação de espaços que garantam a participação popular, como a realização de curso de formação voltado aos públicos de interesse, principalmente a sociedade civil organizada e a população diretamente impactada. Registra-se que a participação no processo de gestão ambiental como premissa básica, contribui na formação política dos atores envolvidos, além de promover um avanço na aquisição dos direitos sociais.

Requalificar as relações existentes entre as diferentes partes envolvidas a partir de uma série de atividades com o foco no fomento à participação comunitária e, conseqüentemente, promover a formação de um capital social, são objetivos do Programa, que por si só justificam sua importância.

Partindo dessa premissa, serão elaborados mecanismos para garantir que os processos participativos não somente ocorram, como também se qualifiquem ao longo do desenvolvimento do Programa.

3 PÚBLICO-ALVO

O Programa prevê a participação de segmentos sociais que correlacionam três conceitos básicos para o recorte dos atores que se farão sujeitos prioritários na implementação: desigualdade (em relação à concentração de renda e relativa à classe social das pessoas (e as políticas para equidade); vulnerabilidade; e risco (com problemas e conflitos decorrentes de tal situação) (LOUREIRO *et al*, 2003).

Portanto, o público alvo são as populações atingidas com seus diversos atores sociais: jovens, idosos, mulheres e homens, representantes do Terceiro Setor, representantes de Comitês e Conselhos Municipais/regionais e gestores públicos.

4 PERÍODO

36 meses – novembro de 2015 a novembro de 2018.

5 METODOLOGIA

O PEPP será guiado por métodos e práticas participativas que tenham como objetivo o diálogo, a troca de saberes e o aprendizado conjunto. Segundo as orientações do Ibama, devem ser privilegiados segmentos correlacionados com a desigualdades, a vulnerabilidade e o risco social. Desta forma, será realizado um mapeamento prévio, em parceria com os programas de Comunicação Social e Educação Ambiental, para identificação e definição das estratégias de mobilização e comunicação.

A fim de fomentar espaços democráticos já existentes no processo desenvolvido até o momento e ampliar a atuação dos demais atores em ambientes de desenvolvimento e aperfeiçoamento, a proposta privilegiará a formação e a qualificação dos mesmos com intenção de fortalecer a tomada de decisão, provocando dessa forma condições necessárias para sua promoção de fato.

Ressalta-se que a implementação das atividades deverá respeitar a dinâmica das comunidades/populações atendidas pelo Programa. Igualmente, salienta-se que as atividades propostas, não necessariamente, ocorrem de maneira subsequente.

Finalmente, preconizando uma metodologia participativa, é importante que as ações propostas, assim como o cronograma de execução das mesmas, sejam concebidos e executados dentro do processo permanente de avaliação, respeitando as especificidades dos diversos segmentos que estarão envolvidos no âmbito do Programa.



6 AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

A seguir, elencam-se as atividades previstas para serem desenvolvidas pelo PEPP, segundo o Termo de Referência e o Projeto Básico Ambiental da UHE Itaocara:

Atividade 1 - Planejamento Inicial

Pressupõe: consulta de materiais internos, dados primários e secundários e histórico do empreendimento para conhecimento da realidade da região e perfil do público atendido; reuniões de treinamento e nivelamento da equipe; planejamento preliminar das atividades com elaboração de Plano de Trabalho e cronograma das atividades inicial.

Está atividade foi iniciada em dezembro de 2015. Entre janeiro e fevereiro de 2016 foram realizadas as primeiras revisões no Projeto Básico Ambiental e elaborado o Plano de Trabalho Inicial do PEPP. Ambos documentos estão sendo revisados para adequações às orientações repassadas pela equipe técnica do NLA do Ibama.

Atividade 2 - Articulação e mobilização social

Apesar de concordar com a imprescindibilidade da participação da população impactada nos processos de implantação dos grandes empreendimentos, sabe-se que tal processo é permeado de conflitos de interesses, e não ocorre de maneira tranquila, sendo necessário, por vezes, tanto a qualificação dessas lideranças para uma intervenção mais crítica e efetiva, quanto a estruturação de espaços oficiais de participação dos diversos públicos de interesse.

Exatamente com esse objetivo, desde 2011, foram iniciados pelas gestões anteriores da UHE Itaocara processos que garantiram a participação do poder público e/ou da sociedade civil em decisões importantes sobre o cenário local e o empreendimento.

Foram realizadas 19 reuniões com as comunidades da área de influência direta a partir das quais foram elaborados Termos de Acordos Coletivos, processo que possibilitou definir democraticamente a melhor metodologia para a realocação das famílias da área atingida (negociações coletivas ou individuais), além da interlocução com o poder público, que resultou em Planos Municipais nos quais constam algumas ações prioritárias para serem implantadas nos municípios com objetivo de mitigar os impactos decorrentes do processo construtivo da UHE Itaocara na região.

O PEPP, portanto, não iniciará a mobilização da comunidade, mas dará continuidade a um processo que já ocorre há anos. Isso por um lado é positivo, pois já existe um conhecimento prévio das lideranças e seus perfis, por outro lado, esse histórico de 30 anos de “mobilização social” sem resultados positivos para os impactados diretamente causa certa resistência e muitos questionamentos por parte da população local.

Destaca-se, também, que o objetivo do PEPP não é apenas indicar as lideranças para participarem dos programas ambientais, mas, por meio do curso de formação de lideranças e gestão de políticas, contribuir para o processo de empoderamento dessas lideranças para uma participação mais efetiva. O que implica fazer com que tais lideranças compreendam a importância de tal participação não apenas individualmente, mas enquanto mecanismo que pode contribuir para a garantia dos direitos dos impactados e também para o desenvolvimento da região.

Nesse contexto, inicialmente, em parceria com o Programa de Comunicação Social, foi realizado um levantamento dos atores impactados pela UHE Itaocara nos cinco municípios de influência e estruturada uma Matriz de Públicos de Interesse e um mailing contendo o cadastro da mídia regional atuante na região.

Também foram iniciados os contatos com as principais lideranças identificadas nas 11 comunidades existentes na região de influência direta (listadas no quadro a seguir), quando a Print Comunicação propôs a realização de reuniões comunitárias para retomar esse processo de articulação e mobilização da população, porém, houve certa resistência de algumas lideranças e moradores contatados.

Comunidades impactadas nos municípios de influência

| Municípios | Localidades |
|------------------------|---|
| Aperibé | - Japona / Barra de Santa Luzia |
| Cantagalo | - Porto Marinho / Porto do Tuta |
| Itaocara | - Porto da Cruz / Porto dos Santos / Porto Seguro |
| Pirapetinga | - Pedra Furada |
| Santo Antônio de Pádua | - São Sebastião da Cachoeira / Cachoeira dos Patos / Santa Rosa / Barra Santa Luzia |

Os moradores, proprietários e lideranças contatados afirmam ser necessário, primeiramente, a realização das negociações das propriedades e consequente realocação das famílias, principal preocupação e demanda dos proprietários e residentes no momento, para posteriormente solicitar a participação da população nas demais atividades da Usina. Também demonstram insegurança em relação à efetiva construção da Usina, assim, aguardam o início das obras, componente importante para a população aderir às atividades propostas.

Diante desse cenário, até que as obras se iniciem, a principal estratégia de mobilização e articulação do público de interesse tem ocorrido a partir dos contatos face a face. Além de garantir o acesso à informação à população residente na área diretamente afetada, o PEPP continua mapeando e visitando as lideranças comunitárias (formais e informais), bem como instituições (governamentais e sociais) com significativa intervenção na área de influência e/ou no município.

O processo de articulação e mobilização da população será permanente e realizado em parceria com os programas de Comunicação Social, Educação Ambiental e Resgate e Valorização dos Aspectos Culturais.

Atividade 3 - Aplicação de Diagnóstico Rápido Participativo

O DRP objetiva possibilitar a atualização dos processos já instituídos anteriormente, de forma a integrar o público, mapear potencialidades e conflitos, verificar expectativas, identificar interessados, selecionar participantes para as etapas posteriores.

Esta atividade também será realizada em parceria com os demais programas coordenados pela Print Comunicação. Nesta fase também poderão ser redefinidos de forma participativa o cronograma e o Plano de Trabalho inicialmente propostos.

É importante ressaltar que a população da área impactada reclama da existência de diferentes equipes em campo realizando atividades parecidas, o que acaba por confundir os moradores. Dessa forma, a realização de Diagnósticos Rápidos Participativos de forma integrada entre os Programas citados possibilitará a não sobreposição de ações no território.

Também é necessário considerar o longo histórico desse empreendimento, que implicou na realização de diagnósticos anteriormente, porém, sem a efetivação das medidas necessárias para o atendimento das demandas levantadas, posto que por diferentes motivos, ao longo das últimas décadas, o processo de construção da Usina não foi executado. Diante desse cenário, os moradores questionam a efetividade dos diagnósticos realizados e não demonstram interesse em participar de novos estudos que deverão ser realizados pela UHE Itaocara na região. Assim, a realização de um DRP integrado também visa garantir o maior número possível de participantes, envolvendo todo público de interesse.

Por ser necessário um tempo para se implantar as mudanças que contribuam para a superação dos problemas identificados após a conclusão dos estudos e análises, sugere-se a realização de um DRP unificado anualmente, no qual serão avaliados aspectos socioeconômicos, ambientais, culturais e territoriais.

Espera-se que esses estudos possibilitem:

- Mapeamento dos potenciais atores interessados e expectativas específicas de cada grupo envolvido frente à Proposta do Programa;
- Atualização do mapeamento dos conflitos políticos e socioambientais existentes na região;

- Identificação do perfil dos potenciais atores do curso e refinamento de demandas que subsidiarão a elaboração das metodologias participativas;
- Atualização do cronograma de ações com adequação à realidade local (identificação das melhores datas para a realização de atividades coletivas e acordos de carga horária);
- Mapeamento de estratégia de seleção dos participantes para as etapas posteriores (formação e atuação qualificada no âmbito do licenciamento);
- Consolidação do Plano de trabalho.

Propõe-se a realização de quatro atividades que se complementam para identificação da realidade em todas as comunidades impactadas pelo empreendimento:

1. Ranking de priorização dos problemas e das potencialidades socioambientais, através do método de **tempestade de ideias**, em que os participantes escrevem ou desenham em tarjetas os problemas e as potencialidades locais, sendo essas tarjetas apresentadas em um quadro e priorizadas não só conforme o número de vezes em que um mesmo tema aparece, mas também a partir de uma discussão do grupo. Conforme defesa dessa metodologia realizada no II Simpósio de Educação Ambiental e Transdisciplinaridade¹, essa atividade associada ao biomapa, que será detalhado a seguir, é uma atividade lúdica que estimula a reflexão sobre os problemas socioambientais, ajudando a comunidade a organizar suas ideias para a busca de soluções e melhoria da qualidade de vida.
2. Desenho e análise das comunidades de forma coletiva, representando a forma como eles veem suas comunidades. Essa metodologia é também conhecida como **biomapa ou mapa falante**, sendo incentivado aos participantes que identifiquem e situem problemas/potencialidades (socioambientais, estruturais, econômicos e culturais) atuais dessas comunidades.
3. Aplicação de questionários para atores de destaque das comunidades (lideranças comunitárias, moradores mais antigos e representantes de instituições atuantes na localidade), de modo a aprofundar aspectos identificados nos biomapas e/ou na tempestade de ideias de cada região.
4. Apresentação e validação dos resultados para as comunidades e identificação de possíveis alternativas.

GUIMARÃES, L.; GREQUE, G; RABELO, M. O uso de ferramentas participativas para o diagnóstico e sensibilização ambiental no projeto Renascer em Itapurunga – Goiás. II SEAT – Simpósio de Educação Ambiental e Transdisciplinaridade UFG/IESA/NUPEAT – Goiânia, maio de 2011.

Os DRPs deverão ocorrer anualmente em todos os cinco municípios de Influência do empreendimento, simultaneamente nos meses 1º, 12º, 24º e 36º. Para a realização dos primeiros DRPs, que ocorrerão paralelo ao início das obras, propõe-se a seguinte articulação:

Comunidades que participarão dos DRPs

| Municípios | Localidades | Local |
|------------------------|---|------------------------------------|
| Aperibé | - Barra de Santa Luzia / Japona / Canteiro | Escola de Barra de Santa Luzia |
| Cantagalo | - Porto Marinho / Porto do Tuta | Clube Social de Porto Marinho |
| Itaocara | - Porto da Cruz / Porto dos Santos / Porto seguro | Restaurante Peixe Frito |
| Pirapetinga | - Pedra Furada | Espaço Comunitário de Pedra Furada |
| Santo Antônio de Pádua | - São Sebastião da Cachoeira / Cachoeira dos Patos/Santa Rosa | Bar do Pedro |

Os DRPs serão executados pela equipe interdisciplinar da Print Comunicação:

Janice Caetano – coordenação geral

Luciana Antunes – coordenação pedagógica / aplicação / sistematização e análise dos dados

Eliane Maciel – aplicação / sistematização e análise dos dados

Alcidea de Oliveira - aplicação / sistematização e análise dos dados

Rodrigo Pellegrini - aplicação / sistematização e análise dos dados

Isabelly Queiroz – sistematização dos resultados

Helmo Vieira – Apoio logístico

Atividade 4 - Qualificação e indicação de dois membros da sociedade civil de cada município para participar Grupo de Trabalho (GT)

Uma das diretrizes das ações ambientais previstas para serem executadas pela UHE Itaocara na região de influência é possibilitar a participação da população impactada. Porém, é o Programa de Estímulo à Participação da População que tem essa premissa como objetivo principal: criar condições para que os atores diretamente envolvidos no processo de construção da UHE Itaocara participem dos diversos processos que implicam a instalação da Usina, contribuindo para a construção das medidas a serem implantadas para mitigar os possíveis impactos negativos e potencializar os positivos, decorrentes do empreendimento.

Requalificar as relações existentes entre as diferentes partes envolvidas a partir de uma série de atividades com o foco no fomento à participação comunitária e, conseqüentemente, promover a formação de um capital social, são objetivos do PEPP, que por si só justificam sua importância.

Nesse contexto, uma das funções do PEPP é indicar e qualificar lideranças das comunidades atingidas para participarem do Grupo de Trabalho Intermunicipal, coordenado Programa de Gestão Institucional, no qual a população poderá exercer a função de controle social e acompanhar as fases da obra do empreendimento.

O PEPP deverá indicar e qualificar no mínimo dois representantes da sociedade civil por município, com suplentes, para participação no GT Intermunicipal, de forma a garantir a representação da população atingida nos processos de monitoramento dos possíveis impactos causados pela instalação do empreendimento, bem como das ações de mitigação realizadas pela Usina na região.

Sugere-se que a representação por município seja assim definida: 01 (um) morador ou representante da população diretamente impactada (e seu suplente) e 01 (um) representante da sociedade civil organizada / organização não governamental (e seu suplente).

A proposta é que as comunidades se organizem para eleger as lideranças (titular e suplente) que as representarão no GT Intermunicipal. Destaca-se que, apesar de serem ao todo 10 comunidades impactadas pelo empreendimento, estas possuem características similares e até se “misturam” no território, sendo poucas as lideranças identificadas por município. As poucas associações de moradores existentes, por exemplo, aglutinam mais de uma comunidade. Devido a esse contexto que se propõe a eleição de um representante por município, e não um por comunidade.

A seguir, principais lideranças e entidades previamente indicadas para articular as reuniões nas comunidades:

| Municípios | Lideranças | Comunidade | Contatos | Entidade que representa |
|-------------------|---------------------------------------|----------------------|-----------------------|---|
| Aperibé | Rozinéia Ferraz da Silva – AP 113 | Japona | 22 999211824 | Liderança Informal. Merendeira da escola de Barra de Santa Luzia. |
| | Vinicius Lugão | Japona | Emater 22 38614546 | Representante da Associação de Moradores, Produtores, Meeiros e Amigos dos atingidos pela Barragem em Aperibé. |
| | Lúcia Helena Cordeiro da Luz - PA 007 | Barra de Santa Luzia | 22 981403504 | Liderança informal. Trabalha na escola de Barra de Santa Luzia. Pode articular moradores para participação tanto em Aperibé como em Pádua, fica na divisa. |
| Cantagalo | Davi Honório da Costa Coelho – CG 061 | Porto Marinho | 22 999069754 | Presidente da Nova Associação de Moradores, Pescadores, Produtores Rurais, Artesãos e Amigos de Porto Marinho e Adjacências (NAMPPRAA). Liderança articulada com o MAB. |
| | Gilmar dos Santos de Paula / Eliene | Porto Marinho | 22 999922648 | Representantes da NAMPRAA. |

| | | | | |
|---------------------------|--|-------------------------------|------------------------------|--|
| | Mullin – CG 026/027/027 ^a | | | |
| | Hélio Sales | Porto Marinho | 22 3861 2425 22 988410435 | CDL Itaocara / Igreja Presbiteriana de Porto Marinho. |
| | Clodoaldo Mullin – CG 069/071/073 | Porto do Tuta | | Possui comércio onde se reúnem lideranças da região. |
| Itaocara | Josias Sabino Pinto de Farias - IT 029/030/031/075 | Porto dos Santos | 22 999729572 | Peixe Frito. Comércio de referência na região. |
| | Valdenir (Viação Batatal) | Porto dos Santos | 22 999818479 | Pode contribuir na articulação em Itaocara e Cantagalo. |
| | Aquiles Faria Goulart – IT 020 / 020A / 020B / 043 | Porto dos Santos | 22 38612670 22 38612128 | Presidente da Cooperativa Agropecuária Itaocara. |
| Pirapetinga | Antônio Teixeira Pinto – PI 002 | Pedra Furada | 32 991548895 | Presidente da Associação de Pescadores de Pedra Furada (ASPEF). |
| | Isael Teixeira Pinto – PI | Pedra Furada | | Participa da ASPEF e da Associação de Moradores. Já foi presidente de ambas. |
| | Maria Soares Brum (Mariinha) / Jociney Soares Brum (Tinha) – PI 034 | Pedra Furada | 32 991393252 | Vereadora e filho. Lideranças na comunidade, questionam os impactos do empreendimento. |
| | Flávio Lopes de Mattos – PI 025 | Pedra Furada | 32 991459664 | Articulador na comunidade. |
| | Dalmo Lamarca Netto | Município todo | 32 34651271 32 99905 8380 | Presidente da Associação de Proteção Ambiental de Pirapetinga e Adjacências (ASPIRA). |
| Santo Antônio de Pádua | Lúcia Helena Cordeiro da Luz - PA 007 | Barra de Santa Luzia | 22 981403504 | Liderança informal. Trabalha na escola de Barra de Santa Luzia. Pode articular moradores para participação tanto em Aperibé como em Pádua, fica na divisa. |
| | Juscléa Monteiro Martins | São Sebastião da Cachoeira | 22 38610437 | Presidente da Associação de Moradores de São Pedro da Alcântara e São Sebastião da Cachoeira |
| | Pedro José Ferreira – SSC 011 | São Sebastião da Cachoeira | 32 991395516 | Possui único comércio na comunidade. Liderança informal, porém, influente na localidade. |

As reuniões do GT Intermunicipal serão trimestrais e deverão sempre contar com a participação dos membros da sociedade civil.

O PGI estruturará também Grupos de Trabalhos Municipais que terá como principal objetivo revalidar os Planos Municipais pré-elaborados nas Oficinas de Articulação Intersetorial realizadas em 2011/2012 com

participação dos poderes públicos municipais dos cinco municípios de influência. Nessas reuniões poderá ocorrer também a participação da sociedade civil, porém, o público principal dos GT Municipais serão os gestores públicos.

A articulação com os representantes das comunidades para participarem do GT Intermunicipal já foi iniciada pelo PEPP, porém, ainda não existe data definida para a realização das reuniões nas comunidades e entidades para eleição dos membros que serão indicados, Tais reuniões devem ocorrer paralelo ao início das obras. Já o curso de Formação de Lideranças e Gestão de Políticas Públicas (que instrumentalizará as lideranças para uma participação mais efetiva) está previsto para se iniciar no terceiro mês após início das obras.

Atividade 5 - Produção de Materiais Didáticos e de apoio

A equipe do PEPP será responsável pela produção dos seguintes materiais:

- Caderno Gestão de Políticas Participativas / 40 exemplares
- Publicação Ferramentas de Participação / 40 exemplares
- Agenda – Convivência UHE Itaocara I – Compromissos, Deliberações e Ações / 30 exemplares
- Certificados de Conclusão dos Cursos / 30 unidades
- Slides em Power Point / 30 exemplares.

Serão produzidos, ainda, materiais de apoio como: planos das Oficinas, listas de presença, fichas de avaliação, dentre outros.

A produção do Caderno de Gestão de Políticas Participativas e da Publicação Ferramentas de Participação foi iniciada em fevereiro de 2016. Segundo o PBA, as publicações devem estar prontas em até 30 dias antes do início dos cursos. A previsão de realização do curso de Formação de Lideranças é a partir do terceiro mês após o início das obras.

Atividade 6 - Curso de Formação de Lideranças e Gestão de Políticas Participativas

O referido curso objetiva qualificar o processo de participação das comunidades atingidas nas questões relativas ao empreendimento, possibilitando o monitoramento dos possíveis impactos causados pela UHE, bem como das medidas de mitigação que serão executadas pela Usina na região. Dessa forma, reitera-se que o atendimento prioritário será dado às populações atingidas, conforme preconizado no item 4.2.4 do Parecer 05/2011 NLA/GABIN/SUPES-RJ.

Porém, por entender que os impactos decorrentes do processo de instalação da Usina se dá não somente na área que será alagada, mas também na sede dos municípios, propõe-se a participação de representantes de organizações não governamentais atuantes no citado Curso. Poderão participar,

ainda, se houver interesse, representantes de Comitês e Conselhos Municipais/regionais e gestores públicos.

Além de trabalhar aspectos relacionados à importância do controle social e perfis de lideranças, o Curso fomentará discussões sobre a criação, implementação e avaliação de políticas sociais, econômicas e ambientais. Dessa forma, pretende-se que ao compreender os mecanismos de gerenciamento público, os participantes possam exercer com maior propriedade a sua cidadania.

Registra-se, porém, que o processo de ausência histórico do Estado, bem como a ineficiência de algumas gestões municipais não podem ser atribuídos ao empreendimento. Assim, o conteúdo aplicado no curso sobre políticas públicas e gestão participativa terá como enfoque instrumentalizar a sociedade civil para o devido acompanhamento dos impactos e medidas mitigadoras previstas no processo de Licenciamento Ambiental da UHE Itaocara, visando ampliar os horizontes de participação da população e facilitar o entendimento do processo.

Propõe-se que o Curso tenha uma carga horária total de 60 horas, sendo dois módulos teórico-práticos de 20 horas cada - totalizando 40 horas. A definição da distribuição dessa carga horária ocorrerá em parceria com os participantes do Curso. Sugere-se 10 encontros de 4 horas cada, sendo as aulas itinerantes, duas em cada município, de forma a garantir que os moradores de nenhum município sejam privilegiados, bem como um conhecimento mais amplo da região por todos os participantes.

As 20 horas restantes serão atividades práticas, definidas também com os participantes do Curso. Sugere-se a realização de visitas técnicas a programas ambientais em andamento executados pela UHE Itaocara na região, como forma de possibilitar o monitoramento não apenas através de relatórios, mas conhecendo a atividade em loco.

A seguir, conteúdo proposto para o Curso:

Módulo I – Formação de Lideranças (20 horas)

- Breve histórico do processo de constituição da democracia e da participação popular no Brasil
- Participação comunitária nos grandes empreendimentos
- Tipos e práticas de Lideranças
- Habilidades exigidas para o bom desempenho da Liderança Social
- Ferramentas de comunicação para Líderes

Módulo II – Gestão de Políticas Participativas (20 horas)

- Formas de Gestão e Controle Social
- Espaços de Participação: Prioridades, Disputas e Transversalidades

- Metodologias para a participação e o controle social
- Política Nacional de Meio Ambiente e Licenciamento Ambiental
- O Licenciamento Ambiental da UHE Itaocara

Módulo III - Transformando intenção em ação concreta (20 horas)

Visitas Técnicas para acompanhamento das ações de mitigação e monitoramento dos impactos. Será definido com os participantes quais programas ambientais poderão ser visitados e/ou utilizado como referência para estudo de casos.

Seleção dos Participantes: a turma será formada a partir da evidenciação de interesse em realizar o processo formativo e da indicação de nomes pela população da área de influência e/ou entidades não governamentais. As lideranças eleitas para compor o GT Intermunicipal deverão, necessariamente, participar desse curso de formação.

Número de Participantes: estima-se um número médio de 5 participantes por municípios: Pirapetinga (MG), Santo Antônio de Pádua, Aperibé, Itaocara e Cantagalo (RJ), totalizando 25 participantes.

Público a ser trabalhado: membros das comunidades atingidas e representantes da sociedade civil organizada.

O Curso de Formação Lideranças está previsto para ocorrer entre os meses três e sete após o início das obras no PBA revisado.

Atividade 7 - Consolidação do Grupo de Trabalho

A consolidação do GT se dará a partir da inserção do público do Curso de Formação de Lideranças e Gestão de Políticas Participativas em sua composição. A presente atividade também é compartilhada com o Programa de Gestão Institucional. Para a consolidação do GT intermunicipal serão necessárias ainda as seguintes atividades:

- Realizar pelo menos 01 (uma) reunião intermunicipal com todos os representantes municipais eleitos nas oficinas anteriores e com os atuais gestores (PGI);
- Definir/validar os nomes dos representantes do poder municipal no GT junto aos novos prefeitos (PGI);
- Definir os demais membros que comporão o GT como representantes da sociedade civil (PEPP);
- Definir cronograma, fluxos e rotinas para o GT (PGI / PEPP).

Como o Curso de Formação Lideranças acaba no sétimo mês após o início das obras, acredita-se que o processo de consolidação do GT também ocorrerá a partir desse período.

Atividade 8 – Reuniões e encontros do GT

As reuniões do Grupo de Trabalho Intermunicipal serão trimestrais e deverão contar com a participação da sociedade civil. As primeiras reuniões a serem realizadas entre os integrantes do GT têm como intuito definir cronograma, fluxo e rotinas de trabalho. Esse cronograma é fundamental para promover as discussões necessárias à proposição de demandas que garantam a eficácia do processo.

O GT possui as seguintes atribuições:

- Acompanhamento dos Programas do PBA a partir da leitura dos relatórios periódicos;
- Acompanhamento dos Planos, Programas e Projetos intermunicipais a partir da leitura dos relatórios;
- Acompanhamento da elaboração dos Planos Diretores;
- Monitorar os riscos, as vulnerabilidades, pressões sobre os serviços públicos e ações mitigadoras relacionadas à UHE Itaocara.

Todos os encontros serão registrados em memórias de reuniões com a assinatura dos participantes e registros fotográficos, nos quais devem constar os compromissos estabelecidos.

Ao PEPP cabe acompanhar as discussões realizadas nas reuniões e fomentar a participação efetiva e crítica dos membros da sociedade civil qualificados e indicados pelo PEPP no GT Intermunicipal, coordenado pelo Programa de Gestão Institucional.

Atividades 9 - Elaboração de relatórios

Produção de relatórios mensais, semestrais e finais, conforme descrito no Termo de Referência.

7 INTEGRAÇÃO DO PEPP COM OS DEMAIS PROGRAMAS AMBIENTAIS

O Programa de Estímulo a Participação da População se alinha direta ou indiretamente a vários programas ambientais, na medida em que poderá concentrar esforços no agendamento de reuniões e encontros, mobilização comunitária, organização dos encontros e repasse de encaminhamentos aos

participantes. Além disso, diversas ações dos programas necessitam de passar por discussões prévias com a população, o que também poderá ocorrer no contexto deste Programa.

De forma mais direta, o PEPP compartilhará ações com o Programa de Gestão Institucional (a criação e a consolidação do GT são atividades complementares, uma vez que os dois programas fornecem público e formação para essas atividades), e com o Observatório Socioambiental do Programa de Educação Ambiental (que também possui o objetivo de acompanhar os impactos da implantação do empreendimento na realidade local a partir do olhar da população residente na área de influência).

Apesar de a duração dos quatro programas que serão executados pela Print Comunicação prever prazos diferentes, algumas ações previstas deverão ocorrer de forma integrada, como: mapeamento e atualização de públicos de interesse, diagnósticos de demandas, reuniões e visitas na comunidade, criação de Grupos de Trabalhos com lideranças, registros audiovisuais do patrimônio material e imaterial da região, dentre outros.

Tal integração prevê além da dinamização das atividades, a garantia da participação efetiva dos atores sociais envolvidos em todas as etapas da obra e a não sobreposição de atividades.

Outros programas que terão articulação com o PEPP:

Programa de Acompanhamento da População Atingida;

Programa de Gestão Fundiária;

Programa de Realocação de Estruturas e Saneamento;

Programa de Reativação Econômica;

Programa de Realocação de Cemitérios;

Programa de Readequação da Atividade Pesqueira;

Programa de Gestão Ambiental;

Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico;

Subprograma de Formação de Mão de Obra;

Programa de Resgate da Fauna;

Programa de Monitoramento Sismológico;

Programa de Monitoramento e Controle de Endemias;

Programa Ambiental para Construção;

Entre outros.

Além de contribuir para a sistematização do conteúdo e divulgação das ações realizadas pelo conjunto de programas, uma atividade permanente do PEPP, em parceria com o PCS, será o repasse para os públicos de interesse de informes gerais sobre os programas ambientais, apresentando os resultados dos monitoramentos e avaliações realizados às populações através das reuniões informativas.

8 SISTEMATIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES

A Matriz de Objetivos, Metas e Indicadores constante no Projeto Básico Ambiental da UHE Itaocara, listada a seguir, constituir-se-á instrumento que subsidiará a avaliação mensal das atividades realizadas em toda área de abrangência pelo PEPP:

| Objetivos específicos | Metas | Indicadores |
|---|---|---|
| Contribuir na garantia/manutenção de processos democráticos de tomada de decisão através da formação de lideranças sociais e instrumentalização destes em Gestão de Políticas Participativas, visando à ampliação da atuação dos mesmos em diferentes fóruns de participação instituídos nas localidades integrantes da área de implantação do empreendimento | Promoção de 01 edição do Curso de Formação de Lideranças e Gestão de Políticas Participativas ao longo dos 12 primeiros meses da fase de implantação do empreendimento. | Plano do Curso de Formação de Lideranças e Gestão de Políticas Participativas finalizado Planos de Aula finalizados Listas de presença do Curso Fichas de avaliação do Curso preenchidas |
| | Formação de até 25 gestores sociais no curso, oportunizando a reflexão e avaliação de políticas sociais, econômicas e ambientais dos municípios de interesse ao longo da duração do programa. | |
| Aprofundar as informações através do levantamento de dados socioculturais, percepções socioambientais, e principalmente identificação de potenciais atores sociais que participarão na formação dos grupos/participantes. | Aplicação de Diagnóstico Rápido Participativo anuais em parceria com os programas de Educação Ambiental, Comunicação Social e de Resgate e Valorização dos Aspectos Culturais | Relatório de mapeamento dos conflitos políticos e socioambientais existentes na região e identificação dos atores sociais que participaram das etapas seguintes do Programa |
| Produzir um conjunto de publicações que subsidiem a manutenção de processos participativos | Produção de 40 exemplares do Caderno Gestão de Políticas Participativas | Comprovante de distribuição do caderno de Gestão de Políticas Públicas Material Didático e apoio produzido |
| | Produção de 40 exemplares da Publicação Ferramentas de Participação | Comprovante de distribuição da publicação Ferramentas de Participação Material Didático e apoio produzido |
| | Publicação de 30 exemplares da Agenda Convivência UHE Itaocara - Compromissos, Recomendações e Deliberações | Comprovante de distribuição da agenda de Convivência UHE Itaocara I Material Didático e apoio produzido |

| Objetivos específicos | Metas | Indicadores |
|---|--|---|
| <p>Favorecer o estabelecimento de processos democráticos que estimulem a tomada de decisões e o direcionamento de ações locais/regionais em consonância com os anseios e demandas dos grupos;</p> | <p>Qualificação e indicação de dois membros da sociedade civil por município para a composição do GT</p> | <p>Número de membros da sociedade civil envolvidos no GT Intermunicipal Atas contendo a definição dos nomes dos representantes da sociedade civil de cada município que participarão do GT Intermunicipal; Fluxos e rotinas do GT definidos</p> |

9 EQUIPE RESPONSÁVEL

A equipe do Programa de Estímulo à Participação da População é multiprofissional e se integrada à equipe de outros programas executados pela Print Comunicação. A seguir, profissionais que compõem o PEPP:

Janice Caetano – Coordenação Geral

Luciana Antunes – Coordenação adjunta e pedagógica

Eliane Maciel – Cientista Social

Isabelly Queiroz – Administrativo / Designer

Helmo Vieira – Apoio logístico

Registra-se que os comunicadores do PCS contribuirão na realização das atividades de mobilização e diagnóstico de demandas.

10 CRONOGRAMA DETALHADO DAS AÇÕES

| DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE | INICIO | TÉRMINO |
|---|-------------------------------------|--------------------|
| Estímulo à Participação | nov/15 | nov/18 |
| Assinatura de Contrato | nov/15 | nov/15 |
| Atividade 01 - Planejamento inicial | nov/15 | abr/16 |
| Mobilização da equipe | nov/15 | nov/15 |
| Leitura de material já existente do programa | dez/15 | jan/16 |
| Planejamento das ações | jan/16 | abr/16 |
| Atividade 02 - Articulação e Mobilização Social | dez/15 | set/18 |
| Identificação de lideranças | fev/15 | abr/16 |
| Reuniões iniciais com o GT | Ver cronograma PGI | |
| Atividade 03 - Diagnóstico Rápido Participativo – DRP | Anuais | |
| Aplicação do DRP | Meses 1,12,24 e 36 | |
| Elaboração do Plano de Trabalho | Subsequentes à realização dos DRPs | |
| Atividade 04 –Indicação e qualificação dos membros para composição do GT | Paralelo ao início das obras | |
| Atividade 05 - Produção de material didático e de apoio | Fev/16 | Até o mês 2 |
| Elaboração de Material - Gestão de Políticas Participativas | fev/16 | jul/16 |
| Elaboração de Material - Ferramentas de Participação | fev/16 | jul/16 |
| Elaboração de Material - Agenda Convivência UHE Itaocara | Meses 1 e 2 | |
| Elaboração de Material - Certificados de Conclusão | | |
| Elaboração de Material - Slides | | |
| Elaboração de Materiais de apoio diversos | | |
| Impressão de materiais | Mês 3 | |
| Atividade 06 - Curso de Formação de Lideranças | Mês 3 ao 7 | |

| | | |
|--|---------------------------------|--------|
| Atividade 07 - Consolidação do GT | Mês 7 em diante | |
| Atividade 08 - Reuniões e encontros do GT | Ver cronograma com PGI | |
| Atividade 9 - Relatórios | Mensais/Semestrais/Final | |
| Relatório Semestral 1 | Mês 6 | |
| Relatório Semestral 2 | Mês 12 | |
| Relatório Semestral 3 | Mês 18 | |
| Relatório Semestral 4 | Mês 24 | |
| Relatório Semestral 5 | Mês 30 | |
| Relatório Final | Mês 36 | |
| Relatórios mensais | jan/16 | set/18 |

Itaocara, 28 de abril de 2016.


 Janice Caetano
 Coordenação Geral